

Hoje, quinta, 16, grande passeata e assembleia para a retomada da greve

Foto: Henri Figueiredo

Seguindo o plano de lutas decidido pelos representantes nacionais da categoria dos servidores do Judiciário Federal, reunidos na 16ª Plenária da Fenajufe, no Rio de Janeiro, o Sisejufe reiniciou a série de mobilizações a partir de uma programação de assembleias setoriais. Nesta quinta-feira, 16 de junho, a partir das 15h, nossa categoria vai se concentrar na Candelária e sair, a partir das 15h, em passeata pela avenida Rio Branco na luta pela aprovação do PL 6613 (que significa o nosso PCS4) e contra a retirada de direitos. O ato público terá fim em frente ao TRE Sede (na avenida Presidente Wilson), onde uma assembleia geral deve deliberar pela entrada dos servidores do Rio de Janeiro em greve por tempo indeterminado, a exemplo do que já acontece no Distrito Federal e na Bahia.

Sisejufe realiza assembleias setoriais no TRF e TRE

O pontapé inicial para a deflagração da greve foi na segunda, 13 de junho. Ao meio dia, em frente ao prédio do Tribunal Regional Federal (TRF), na rua do Acre, cerca de 80 servidores participaram ativamente da assembleia setorial que deu a largada no calendário de atividades programadas pela direção do Sisejufe para esta semana. Nos discursos, a tônica foi a necessidade de união da categoria para conseguir parar as atividades dos tribunais federais. À tarde foi a vez dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), da Presidente Wilson, se reunirem em assembleia.

“A responsabilidade da greve é de cada servidor. Se não fizermos por

Promessa do STF de envio da dotação orçamentária integral do PL 6613 abre uma nova perspectiva de luta pelo PCS

[Leia na página 3]

nós, ninguém vai fazer. É preciso mobilizar. O PCS não virá por milagre. Só com muita luta, muita pressão. A greve também não é fechar o balcão e ir lá para dentro cumprir metas. É fazer a população sentir a nossa falta”, afirmou Mariana Liria, diretora do Sisejufe.

“Os bombeiros nos deram exemplo de luta”

Durante a assembleia setorial no TRE, realizada às 15h de segunda-feira, 13, o diretor sindical Moisés Leite, que é lotado no tribunal, também destacou o movimento grevista dos bombeiros. “A greve dos bombeiros deve servir de motivação a todos os servidores do Judiciário Federal no Rio. Nós garantimos um sistema eleitoral exemplar que mantém o sistema democrático com votação popular. Se tivermos que deflagrar greve, então, devemos participar do movimento de fato mesmo que haja a possibilidade de um prejuízo financeiro como corte de ponto”, disse Moisés Leite.

O coordenador da Fenajufe e di-



retor sindical Valter Nogueira Alves destacou que “a greve é o único instrumento disponível aos servidores para forçar o presidente do Poder Judiciário, Cezar Peluso, a negociar diretamente com a presidenta da República, Dilma Rousseff”.

Sindicato mobiliza no TRT e no Foro da Venezuela

No segundo dia de assembleias setoriais no Rio, servidores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da rua do Lavradio, e da Justiça Federal, da avenida Venezuela, demonstraram que é possível mobilizar para que a greve pela aprovação do PL 6613 seja forte. Na manhã de terça-feira, 14 de junho, mais de 40 funcionários do TRT acompanharam atentamente as informações passadas pelo diretor do Sisejufe Roberto Ponciano.

Ponciano explicou que os servidores do Judiciário Federal em

todo o país têm motivos certos para entrar na greve. Segundo ele, como a dotação orçamentária será enviada ao Congresso na íntegra, contemplando o PL 6613, a situação será mais favorável ao funcionalismo. “Passando a dotação, normalmente, o projeto é aprovado em seguida. Com a aprovação da dotação, significa que haverá recursos para o PCS”, explicou Ponciano na assembleia do TRT.

Ao meio dia de terça-feira, teve início a assembleia setorial do Foro da Venezuela, com a participação de 50 servidores. O diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares, ressaltou para a categoria que, ao contrário do ano passado, não há como os servidores não colocarem a cara e o bloco na rua. “Precisamos efetivamente entrar em greve e de forma séria. Não pode ser feita a brincadeira do ano passado. Não

adianta fazer teatro. Só há duas alternativas: ou entramos em greve de fato ou não há nada. O aumento de 0% já está garantido para esse ano. Esse quadro só mudará para 2012 se realmente fizermos uma greve que pressione o Judiciário”, analisou Ricardo.

O servidor Mário César Pacheco, lotado no Foro da Venezuela, destacou que o projeto do PCS é um trabalho conjunto do sindicato com os servidores do Judiciário Federal que se estende por mais de dois anos. Para ele, lutar pela aprovação do projeto é papel de todos os servidores do Judiciário Federal. “O nosso PCS está em Brasília, mas nós temos que nos movimentar e colocar peso para o projeto ser aprovado. Caso contrário nada acontecerá independente de quem seja o relator ou da dotação orçamentária. Nós precisamos fazer acontecer, obrigar o Peluso a negociar com o Executivo”, avaliou.

“Muito chiado para pouca gente”

O servidor concluiu a fala relatando a sua experiência em Brasília quando foi representar a categoria. “O que eu mais ouvia em Brasília dos deputados é que era muito chiado para pouca gente. É isso que nossos representantes ouvem em Brasília, porque os servidores efetivamente não entram em greve. Por isso, temos que participar em massa da passeata de quinta-feira [16 de junho]”, disse Mário César Pacheco, em tom de convocação.

*Da Redação.

21º BOTEQUIM - ARRAIÁ DO SISEJUFE
apresenta

raizdosana

DC Grill no Clube de Engenharia
Av. Rio Branco, 124 subsolo
Centro – Rio de Janeiro

Sexta-feira, 1º de julho
a partir das 19h

Ingressos a R\$20 para sindicalizado(a) e R\$40 para não-sindicalizado(a)
Comidas e bebidas liberadas*
Informações no telefone (21) 2215-2443

*Chopp, caipirinha, coquetis, comida japonesa, peixe, frango, esfihas, pizzas, frutas, patês, carpaccio, tortas, bolinho de bacalhau, risoles e comidas típicas de festa junina.

Se ligue nas datas em que o sindicato passará no seu local de trabalho pra vender os ingressos

Quarta-feira, 15 de junho – JF Rio Branco
Quinta-feira, 16 de junho – TRT (Lavradio e Gomes Freire) e TRE
Sexta-feira, 17 de junho – TRT (Antônio Carlos)
Segunda-feira, 20 de junho – TRF
Terça-feira, 21 de junho – JF Venezuela e TRT (Augusto Severo)
Quarta-feira, 22 de junho – JF Rio Branco

Segunda-feira, 27 de junho – TRF, TRE e TRT (Augusto Severo)
Terça-feira, 28 de junho – JF Venezuela
Quarta-feira, 29 de junho – TRT (Lavradio e Gomes Freire)
Quinta-feira, 30 de junho – TRT (Antônio Carlos)

***A venda de convites na sede do Sisejufe, nestas datas, será feita apenas para aposentados e pensionistas.**

NAS faz duas reuniões para analisar propostas enviadas à Comissão de Segurança da JF

O Núcleo Agentes de Segurança (NAS) do Sisejufe reuniu-se nos dias 1º e 8 de junho, na sede do sindicato, para discutir e analisar as propostas a serem encaminhadas à Comissão de Segurança do Judiciário Federal (JF). Dentre os temas mais debatidos pelos servidores se destacaram: a necessidade da implantação de capacitação continuada e treinamento físico, além do estabelecimento de um manual de normas e procedimentos para a segurança do Judiciário Federal. Na avaliação dos participantes, a reestruturação do setor trará impactos diretos na rotina e na qualidade de vida dos servidores lotados nesta área.

Dentre as reivindicações encaminhadas pela categoria à Comissão de Segurança estão:

- capacitação continuada em diferentes níveis (básico, intermediário e avançado),
- criação de um manual de procedimentos de emergência,
- criação de normas e procedimentos direcionados à segurança pessoal e às instalações do Judiciário,
- alteração da escala de plantões (para capital e interior do estado),
- compra de armas não letais para uso dos agentes de segurança,
- planejamento estratégico para melhorias a curto, médio e longo prazos para a categoria,
- elaboração de uma coordenação de capacitação para elaborar cursos de capacitação,
- parcerias com as forças de segurança (Exército, Marinha, entre outros) para execução dos cursos,
- estruturas direcionais e administrativas de controle da segurança do Judiciário,
- compromisso de prestação de contas dos agentes para Comissão de Segurança,
- avaliação de perfil de cada servidor lotado no setor,
- alteração das exigências solicitadas no edital de concurso público para exercer a atividade de agente de segurança,
- levantamento dos servidores com capacitação de fazer segurança armada,
- estabelecimento de exame médico como pré-requisito para a realização dos cursos de capacitação,
- inclusão de treinamento físico para os agentes com cumprimento mínimo horas, condicionada a recebimento de adicional de qualificação conforme as horas cumpridas (a cada 100h, o agente recebe 1% de adicional).

*Tatiana Lima – Imprensa Sisejufe.



Administração do Foro da JF na avenida Venezuela responde reclamações do Sisejufe sobre transtornos causados por obras na região

Tatiana Lima*

Após o envio de ofício 217/2009 do Sisejufe, no qual o sindicato cobra providências sobre os transtornos causados pelas obras no entorno do Foro da Venezuela, o coordenador do Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro, André Luiz de Araújo, enviou resposta ao sindicato na última sexta-feira, 3 de junho. Por e-mail, o coordenador informa que o Núcleo de Segurança Judiciária foi acionado para averiguar as denúncias de falta de segurança e de obstrução das ruas e calçadas de acesso ao prédio da Justiça Federal.

Segundo o e-mail, a Polícia Militar destacará uma viatura para as adjacências do Foro da Venezuela, das 17h30 às 20h. Um agente de plantão fará o acompanhamento da presença dos policiais, informa a mensagem. Ainda, de acordo com o coordenador André Luiz de Araújo, foi verificada a falta de iluminação adequada pelo setor

de segurança do Foro: “Diversas lâmpadas de alguns postes estão queimadas”. Por isso, a RioLuz foi acionada por meio de chamado (protocolo RIO-597193-6), além da Subprefeitura do Centro. Em resposta, a Rio Luz prometeu resolver o problema “com a maior brevidade”, segundo o coordenador.

O Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro informou que também entrou em contato com o consórcio que administra as obras realizada na rua Barão de Teffé. O grupo teria explicado que “a partir da reclamação dos transtornos causados pela poeira da obra, tem feito raspagem e molhado a rua para diminuir a poeira”.

Para o diretor do Sisejufe e membro do Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPD) do sindicato, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, caso realmente as providências sejam executadas “as medidas serão muito bem-vindas, porque o dia a dia de quem precisa transitar nas ime-

dições do Foro é extremamente difícil.” Ele diz que “tanto em direção à Praça Mauá quanto à rua Barão de Teffé, as calçadas estão obstruídas e a quantidade de lama e de poeira é uma realidade que não se tem palavras para classificar. A situação é muito ruim”.

Em relação à obstrução da calçada do Foro da Venezuela, o consórcio das obras informou que a rua “está sempre desobstruída para facilitar o acesso”. Além disso, o Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro, por meio do acionamento da CET RIO/GM, divulgou na mensagem enviada ao Sisejufe que, “o estacionamento em frente ao prédio do Foro, não será permitido para facilitar a visualização do deslocamento de servidores e usuários”.

No entanto, o também diretor do Sisejufe e coordenador do NPD do sindicato, Ricardo de Azevedo Soares, contesta essa informação do consórcio. “Dizer que as calçadas da Venezuela

estão sempre desobstruídas é uma inverdade. Hoje mesmo (6 de junho), vindo para cá, tive que ir pela rua, pois a calçada da Barão de Teffé em direção ao Foro encontrava-se interdita pelas obras. Geralmente, o que fica é um espaço mínimo na calçada para alguém não obeso poder passar, mas hoje, nem isso havia”, relata Ricardo.

O servidor Pedro Paulo Gasse Leal também avaliou que a informação de desobstrução da calçada não reflete a realidade. “A rua está desobstruída em termos, porque continua com pedra e muita lama. Você precisa atravessar diversos obstáculos para conseguir chegar ao Foro. Além disso, é necessário verificar o gasto de dinheiro público. Tem um buraco que já foi aberto e fechado três vezes. É dinheiro público indo para o ralo”, pondera Gasse Leal.

*Com informações da Assessoria Política.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **ILUSTRAÇÃO:** Latuff **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,4 mil exemplares.

Plenária aprova deflagração da greve por tempo indeterminado para garantir o PCS

A ampla maioria dos delegados e delegadas que participam da 16ª Plenária Nacional da Fenajufe aprovou, na tarde de 5 junho, no Hotel Windsor Guanabara, no Centro do Rio, uma resolução do Plano de Lutas que orienta a deflagração da greve por tempo indeterminado em defesa da aprovação dos PLs 6613 e 6697. Com poucos votos contrários e algumas abstenções, a resolução aprovada considera a greve já em andamento no Distrito Federal e na Bahia, além do indicativo já aprovado em Mato Grosso para o dia 7 de junho, e orienta que os demais sindicatos realizem assembleias e mobilizem as suas bases para que a greve se torne um movimento nacional e forte.



Foto: Henri Figueiredo

Conforme a resolução, os delegações também indicam a participação da categoria no ato nacional no próximo dia 16, em Brasília, convocado por centrais sindicais e entidades que fazem parte do fórum nacional dos servidores públicos. O ato será contra a retirada de direitos e o congelamento salarial. No Rio de Janeiro, o Sisejufe programou uma grande passeata pela avenida Rio Branco (concentração às

15h, na Calendário), finalizada por uma assembleia geral em frente ao TRE Sede, na avenida Presidente Wilson, às 17h.

“A greve do Judiciário Federal e MPU está deflagrada. Realização de assembleias nos estados para deflagrar imediatamente a greve onde não está decidida. Todos à greve e participação no ato dos servidores públicos federais no dia 16 de junho, em Brasília”, afirma o texto aprovado na 16ª Plenária.

De acordo com as várias intervenções feitas antes da votação deste ponto, somente uma greve forte e unificada será capaz de garantir a aprovação dos planos de cargos e salários. Na avaliação dos delegados e delegadas, todos os estados devem construir o movimento com a categoria para pressionar e cobrar que o presidente do STF, ministro Cezar Peluso; e o Procurador Geral da República,

Roberto Gurgel, estabeleçam de fato uma negociação com o governo federal para fechar um acordo referente à proposta orçamentária e aprovar os projetos, que se encontram parados na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Plano de lutas reforça luta pelos PCS's

O plano de lutas aprovado na plenária final, no domingo, 5 de junho, também reafirma a

luta da categoria pela aprovação dos planos de cargos e salários, conforme a resolução aprovada na noite anterior. Além disso, o documento, que norteará a atuação da Fenajufe e seus sindicatos de base nos próximos meses, prevê a “retomada, após a conquista dos PCS's, da discussão e elaboração, em nível nacional, de uma proposta de carreira para o Judiciário Federal e para o MPU”.

Supremo pretende enviar dotação orçamentária para o PCS até 17 de junho

Promessa do STF de envio da dotação orçamentária integral do PL 6613 abre uma nova perspectiva de luta pelo PCS

Depois de dois anos lutando para que o STF apresentasse uma proposta orçamentária ao governo federal, servidores aguardam a confirmação do envio, até segunda-feira, 20 de junho, da dotação orçamentária. Isso colocaria a luta pelo PCS em outro patamar, já que o STF passaria a pressionar o Executivo – o que possibilita um desfecho favorável a esta antiga luta. De acordo com o dirigente sindical Roberto Ponciano, “o

envio da proposta orçamentária é querosene no incêndio: vai aumentar nossa greve no Brasil inteiro. Sem a greve, não haverá acordo entre Executivo e Judiciário”.

Em reunião dos diretores gerais (DG's) dos tribunais superiores durante a manhã de segunda-feira, 13 de junho, no STF o relator do PL 6613 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), deputado Roberto Policarpo (PT-DF), apresentou o seu relatório que será apresentado na CFT. De acordo com o divulgado no site da Fenajufe e do Sindjus-DF, o parlamentar foi pedir apoio das autoridades do Judiciário para fortalecimento do relatório sobre o PL 6613.

Dos pontos defendidos por Policarpo em seu relatório, não haverá apoio por parte dos DG's no tocante à redu-

ção das FC's, de 65% para 50%, mas no restante houve receptividade e comprometimento de reproduzir as boas impressões para os presidentes dos seus tribunais.

Para além da reunião com o relator do PL 6613, os diretores gerais deliberaram por duas importantes ações no dia 13 de junho: a primeira é de buscar junto aos tribunais regionais os impactos orçamentários relativos à implantação do PCS da categoria com o objetivo de, até o dia 17 de junho, apresentarem o orçamento do Poder Judiciário com a inclusão do valor integral da implantação do PL 6613; a segunda é de encaminhar ao presidente do STF, Cezar Peluso, a sugestão de participação dos presidentes dos tribunais superiores na negociação do projeto de

lei que revisa os salários da categoria.

Essas medidas possibilitam um novo cenário para a negociação do PCS, uma vez que a incorporação dos recursos orçamentários, que até hoje não tinha sido incluso nas propostas anteriores de orçamento do Poder Judiciário, obrigam o executivo a negociar os valores orçamentários para o projeto de lei de reposição salarial. Entre a dotação orçamentária para o PL na íntegra e as proposições do Policarpo, o governo terá que se posicionar sobre qual o montante dos recursos. A greve da categoria dará o tamanho da correlação de força para um ou outro valor.

Da Redação com informações da Fenajufe e do Sindjus-DF.

Acompanhe na Ideias em Revista nº 34, que circula no final de junho, a cobertura completa dos três dias da 16ª Plenária Nacional da Fenajufe, que aconteceu no Rio de Janeiro e os desdobramentos da luta pela aprovação do PL 6613. Confira também tudo sobre a Grande Passeata e Assembleia Geral do dia 16 de junho, no Centro do Rio.

Um rol de problemas servidores da SJRJ no C

Na segunda-feira, 23 de maio, o diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, visitou os setores da SJRJ instalados na rua Equador, no bairro Santo Cristo, após o sindicato ter recebido diversas denúncias de condições insalubres do local – onde atuam 50 trabalhadores, 27 deles servidores do quadro do Judiciário Federal. O Complexo da Equador comporta seções e setores envolvidos nas atividades de logística, manutenção de veículos, utilização de veículos, controle de materiais e segurança.

Na visita do dirigente sindical, os servidores listaram as atividades de cada setor do complexo: 1) Semav – responsável pela manutenção de veículos de uso institucional (veículos para magistrados) e de uso de serviço (movimentação de pessoas e de cargas) no total de 43 veículos; gerenciamento de contratos. 2) Setra – responsável pela coordenação de toda a utilização/emprego dos veículos acima mencionados; gerenciamento de contratos. 3) Sedim – responsável pela logística de distribuição de materiais em toda a SJRJ, assim como nas 19 subseções de interior; logística na mudança de servidores e magistrados; gerência contratos. 3) Sealm – controle físico e contábil de todo e qualquer material adquirido pela SJRJ; Segurança – controle da segurança do complexo.

Roberto Ponciano passou, em seguida a conferir a relação dos problemas enfrentados setor a setor, como descrevemos abaixo:

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS (SEMAV)

A seção foi criada em fevereiro de 2009 e, desde então foi acomodada em uma pequena sala de apenas 11 m², com três servidores que trabalham em meio a armários e utilizando-se de mesas pequenas sem gavetas, pois o pequeno espaço não é compatível para melhorias no que tange a conforto e qualidade de vida no ambiente de trabalho. A pequena sala era o vestiário e local onde os agentes da Setra permaneciam de pronto emprego – atualmente o vestiário dos agentes fica “espremido” em um único banheiro

na seção e não foi adequadamente destinado outro local de permanência dos agentes. O acesso se dá por dentro da sala da Setra, ou seja, a Setra e Semav dividem o mesmo espaço e estrutura (copa, banheiro, etc).

A oficina da Semav é um cubículo de 7,5 m², local que acomoda todo o ferramental, armários e ainda é o espaço destinado aos funcionários terceirizados (três mecânicos – que a próxima contratação reduzirá para dois), isso sem ventilação, sem piso, sem acabamento nas paredes, ou seja, uma espécie de biongo feito no improviso, e esse já tem pelo menos uma década, não obstante também as deficiências de recursos em termos de ferramentas, equipamentos e material de trabalho.

O pátio para os trabalhos da manutenção é o mesmo do estacionamento da frota da SJRJ. Apesar de haver área destinada para a seção, ela precisa passar por reforma/adequação. Desse modo, em dias de chuva os trabalhos são prejudicados e os funcionários ficam expostos ao vento e à chuva. Se chover forte, o pátio alaga. No verão, de acordo com os servidores, o calor fica insuportável na área coberta por conta do material usado no telhado e a ausência de sistemas de ventilação.

Na área destinada às “futuras” instalações” da seção de manutenção de veículos existe uma pré-estrutura de sala, que se fosse concluída/reformada poderia aliviar o problema de espaço da Setra e da Semav. Todo ambiente, porém, é destinado para entulhar materiais defeituosos, descartados e sem previsão de destinação – o que por si só dificulta ainda mais a ocupação deste espaço pela Semav. O galpão encontra-se abarrotado de quinquilharias que, literalmente, disputam espaço com os servidores. Os servidores do complexo avaliam que se até agora não houve solução para tais problemas é por conta de que o local deve estar sendo “útil” para armazenar as sucatas e lixo, ainda que isso prejudique o bom funcionamento das seções ali instaladas e a qualidade de trabalho

com danos à saúde prejuízos em termos de desempenho e satisfação. Os servidores ouvidos por Roberto Ponciano são unânimes em afirmar que trabalham com “esforço e comprometimento” e que, também por isso, esperam o devido reconhecimento dos problemas crônicos que enfrentam no Complexo da Equador e a sua resolução.

SEÇÃO DE TRANSPORTES (SETRA)

O diretor sindical constatou a necessidade de uma sala específica para o funcionamento da Seção de Transportes (Setra). Os servidores lá lotados explicaram que trabalham num local de passagem onde existem 4 portas (para acesso à copa, ao banheiro e para outra seção – a Semav). Cabe ressaltar a necessidade de concentração para executar as funções, tendo em vista o andamento de vários contratos administrativos como combustível e seguro da frota. Há também a necessidade premente de reforma no telhado que protege os veículos da SJRJ. Verifica-se, em períodos de chuva, enormes vazamentos, inclusive nas calhas.

SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL (SEDIM E ACAUTELADO)

A Sedim opera numa sala de aproximadamente 16m², totalmente fechada, sem janelas – o que impede a ventilação e mesmo a entrada de luz solar. A saleta fica localizada no interior do galpão. Além disso, comporta duas seções de subsecretarias diferentes. A sala não tem teto de laje, possui apenas um forro de gesso que insuficiente para impedir a passagem do calor excessivo do telhado de zinco do galpão. As seções ali instaladas têm como atividade o recebimento, guarda e envio de materiais oriundos dos diversos setores da SJRJ. Dessa forma, a manipulação diária desse material gera grande desconforto, de acordo com os servidores, pois eles transitam entre temperaturas (em média) de 23°C, do interior da sala, e cerca de 40°C na área do galpão. No verão, de acordo



1) Diretor sindical Roberto Ponciano, de costas, ouve servidores dos setores de Material que opera numa saleta de 16m² sem janelas dentro de um grande galpão. 2) Excesso de trabalho em função do acúmulo de poeira e ambiente para a proliferação de rações. 3) Há dois anos mas, mesmo antes, já apresentava problemas de funcionamento. 4) Searq da SJRJ, que fica na Rua São Januário, num prédio sem portas cortadas. 5) Searq, a seção está recebendo cópias em papel de processos digitais (!). Nas p

atormenta a vida dos complexo da rua Equador

Fotos: Henri Figueiredo



com o apurado pelo Sisejufe, a temperatura já chegou em torno dos 50°C dentro dos galpões – medida pelos próprios servidores. Os galpões são fechados e não possuem circulação de ar para amenizar essa temperatura.

Em função do galpão ter um piso de cimento cru, há poeira em excesso. Nesse ambiente, os servidores precisam transitar com paleteiras e carrinhos diariamente, provocando ainda mais a suspensão de poeira. Falta infraestrutura básica como uma copa e banheiros próximos. Os existentes ficam fora do galpão, cerca de cinquenta metros da sala, e para se chegar até eles os funcionários precisam cruzar toda extensão do galpão – sob calor e poeira. Da mesma forma, para ter acesso à única copa existente no complexo os servidores precisam andar até o prédio anexo – e uma distância superior a dos banheiros. A dificuldade maior é que a maioria leva alimentos de casa, já que próximo ao complexo não há restaurantes.

Não bastasse isso tudo, portões de ferro com aproximadamente 5m de altura e 2,5m de largura estão na eminência de cair. Sem falar que o excesso de materiais nos galpões se torna refúgio perfeito para mosquitos e outros insetos. Vários servidores tem, como ferramentas básica de trabalho, um kit multi-inseticida e raquetes elétricas.

SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (SEALM)

Nesta seção está andamento a reforma de todo o telhado. Há construção de laje sobre as salas da SealM e do setor de fornecimento de materiais. Segundo os servidores, há anos se tem ali contratempos com ratos mortos, vazamentos e até risco de alvejamento por projétil de arma de fogo. Trata-se de ambiente somente coberto por placas de gesso acartonado e telhado de zinco. Há a necessidade de duas caixas d'água de polipropileno (desde instalação da seção, a única caixa que beneficia 7 servidores e 5 contratados é de amianto e se encontra sobre estrutura de

madeira. Embaixo dessa estrutura há gesso pairando longo acima da cabeça dos servidores. O risco é grande, portanto, em função do peso e da frágil estrutura de suporte.

SEGURANÇA

O portão do Complexo da SJRJ na Rua Equador está há quase dois anos com o motor do sistema de abertura quebrado. Os servidores, lembram, contudo, que o portão todo tem problemas de mau funcionamento há mais tempo do que isso. Quando chega alguém de automóvel, um dos vigias (que deveria estar de prontidão) precisa abrir o portão. Além disso, o piso do pátio próximo ao setor de segurança encontra-se muito deteriorado, causando acúmulo de água quando das chuvas.

PROVIDÊNCIAS

Depois de visita do diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, para averiguar denúncias de más condições de trabalhos nos setores da Justiça Federal instalados na rua Equador, no bairro Santo Cristo, o sindicato agendou reunião com a Direção da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) para cobrar providências. Na manhã de sexta-feira, 27 de maio, o dirigente sindical Valter Nogueira Alves e o representante Carlos Henrique Ramos da Silva (agente de segurança da JF da avenida Venezuela) estiveram reunidos com a diretora em exercício da SJRJ, juíza federal Paula Patrícia Provedel Mello Nogueira, e levaram as preocupações do Sisejufe em relação à situação insalubre de trabalho a que estão expostos cerca de 50 trabalhadores na Equador. No dia 27, durante reunião com a diretora em exercício da SJRJ, Valter Nogueira requereu, por meio do Ofício 218/2011, soluções para os problemas. De acordo com Valter Nogueira, a situação é preocupante “tendo em vista que essa demanda já tinha chegado à Administração há bastante tempo e ainda não foi resolvida”.

A juíza federal Paula Patrícia, que exerce a direção interina da SJRJ durante as férias do juiz federal Marcelo Tavares, disse também que providências estão sendo

tomadas, mas não soube precisar quando seriam resolvidas. Segundo ela, as mudanças dependem de “várias intervenções, inclusive obras. E isso demanda orçamento”. A magistrada solicitou que o sindicato protocole requerimento expondo a situação encontrada – o que foi feito na terça-feira, 31 de maio.

No documento, o Sisejufe listou todas as demandas por melhorias, recolhidas na visita aos setores da Equador, e cobrou providências quanto à situação de trabalho. Para Roberto Ponciano, o fato de a reforma dos setores da Equador ter retirada do Planejamento do Biênio 2011-2012 “é grave e mostra que a melhoria das condições de trabalho naqueles setores não está entre as prioridades do atual orçamento”. “Sabemos que o orçamento é finito. Com a inauguração de novos prédio e com a reforma de toda a área administrativa, podemos chegar ao fim de 2012 com as mesmas condições insalubres já vivida há uma décadas pelos trabalhadores da rua Equador”, questiona Ponciano.

NOVA AUDIÊNCIA FOI SOLICITADA

O Sisejufe solicitou também nova audiência com o diretor Marcelo Tavares, após o seu retorno de férias – a partir de 23 de junho. Na oportunidade, o sindicato voltará a tratar dos assuntos e já espera que alguma providência tenha sido tomada em relação a eles. Também será exposta a situação insalubre em que também trabalham os servidores da Seção de Arquivo Geral (Searq) na rua São Januário, no bairro de São Cristóvão.

SEARQ: TAMBÉM HÁ MUITOS PROBLEMAS

O diretor-presidente Roberto Ponciano também esteve na Seção de Arquivo Geral (Searq), localizada na Rua São Januário, onde constatou diversas irregularidades relacionadas a infraestrutura das acomodações e condições de trabalho insalubre.

*Da Redação.



da SJRJ na rua Equador, no Santo Cristo. 2) Vista da Seção de Distribuição galpão. 3) Apenas parte do pátio é coberto. Os trabalhos de manutenção são material depositado nos galpões e obras inacabadas pioram as condições de trabalho e insetos. 5) O portão de acesso ao Complexo da Equador está quebrado. 6) O diretor Roberto Ponciano também visitou a Seção de Arquivo Geral (Searq) e com todas as janelas gradeadas. 7) Além do ambiente insalubre na Equador, nas próximas edições, o Contraponto voltará a tratar especificamente deste setor.

Audiência pública da Alerj debate Meta 4 do PNE

Deficientes

NPD do Sisejufe participou ativamente da discussão, na sexta, 3 de junho

A mobilização contra a proposta de fechamento do Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) está cada vez mais forte. Na mesma medida, as críticas contrárias à Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) também ganham força. Após duas manifestações em frente ao prédio do IBC, no Rio, as comissões de Educação e a da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa (Alerj) fizeram audiência pública conjunta para discutir os temas e apresentarem propostas de emendas à Meta 4 do PNE no Congresso Nacional. Representando o Núcleo das Pessoas com Deficiência (NPD) do Sisejufe, o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares participou da audiência no dia 3 junho. O servidor da JF Mário César, representando o Movimento Inclusão Legal (MIL), também esteve presente na audiência.

“A iniciativa de se chamar uma audiência pública especificamente para se discutir a Meta 4 foi extremamente louvável por parte da Alerj. Precisávamos de fato de algo desse tipo, pois em outra [audiência] que já tinha ocorrido no Palácio Gustavo Capanema no Centro do Rio [representação do Ministério da Educação no Rio], em que foi discutido o Plano Nacional de Educação como um todo, não se privilegiou a fala do público”, destacou Ricardo de Azevedo Soares.

Após os debates na Alerj, as comissões de Educação e da Pessoa Portadora de Deficiência encaminharam propostas a Brasília. Presididas pelos deputados estaduais Comte Bittencourt (PPS) e Márcio Pacheco (PSC), as iniciativas, segundo os parlamentares, deverão ser acolhidas na Câmara. Na semana seguinte à audiência pública, a Câmara dos Deputados encerrou o prazo de emendas ao PL 8.035/2010, que trata do PNE, com um total de 2.915 propostas de alteração ao texto apresentado pelo Poder Executivo em dezembro do ano passado. De acordo com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), é o maior número de



emendas recebido até hoje, na Casa, para um projeto.

“Além de ajudar na organização dos movimentos da sociedade civil, vamos encaminhar essas mudanças aos parlamentares da bancada federal, especialmente aqueles que fazem parte desse debate. Sabemos que o grande embate será no Plenário da Câmara, quando o PNE lá chegar. De qualquer forma, não tenho dúvidas que nossas propostas serão bem aceitas no Congresso Nacional”, acredita Bittencourt.

Presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência da Câmara Federal, o deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ), que também participou da audiência pública, afirmou que a luta, no estado, já teve um começo positivo. Ele se comprometeu em defender as propostas encaminhadas à Câmara. “Fico responsável por defender todas as propostas aqui apresentadas em Brasília. Estamos, portanto, discutindo o plano e como ele pode, além de incluir, trazer educação de qualidade para estudantes especiais. Não podemos prejudicar o intelecto dessas pessoas”, disse.

Em dezembro de 2010, o ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou o novo Plano Nacional de Educação ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de lei descreve, entre outras temas, 20 metas para a próxima década (2011-2020), entre elas a Meta 4, que trata da universalização, para a população entre quatro e 16 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades de superdotação na rede regular de ensino. No entanto, ela não garante a permanência da escolarização nas escolas especializadas e nas classes especiais da rede regular de ensino, tais como o Ines e o IBC

Em dezembro de 2010, o ministro da Educação, Fernando Haddad, apresentou o novo Plano Nacional de Educação ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de lei descreve, entre outras temas, 20 metas para a próxima década (2011-2020), entre elas a Meta 4, que trata da universalização, para a população entre quatro e 16 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades de superdotação na rede regular de ensino. No entanto, ela não garante a permanência da escolarização nas escolas especializadas e nas classes especiais da rede regular de ensino, tais como o Ines e o IBC.

No decorrer da reunião, a tribuna ficou aberta ao público presente. O coordenador do NPD do Sisejufe, Ricardo de Azevedo Soares, destacou a importância desse espaço. “Esta audiência da Alerj reservou bastante tempo para as pessoas poderem falar e expressarem suas preocupações em relação à educação das pessoas com deficiência. Na audiência, ficou bem

claro que as pessoas não querem a imposição do MEC de acabar com as atividades escolares em instituições especializadas de ensino. O que se deseja, ao contrário, é a valorização cada vez mais dessas entidades seculares brasileiras”, defendeu.

De acordo com o deputado Márcio Pacheco, a audiência pública serviu para provar que a sociedade tem poder. “Nós conseguimos quebrar o paradigma de que o Parlamento se apresenta primeiro. Vimos que a sociedade pode se manifestar. Acredito que o nosso estado está colaborando muito para que essa luta não acabe. Precisamos modificar essa mentalidade da Meta 4 do PNE, visando corrigi-la”, argumenta o deputado.

Em sua intervenção, o diretor do Sisejufe defendeu que “para se fazer a educação inclusiva não é necessário implodir com aquilo que já é bem feito e com responsabilidade em escolas como o IBC e Ines, até porque estes institutos já realizam na prática a educação inclusiva, quando colocam no mercado de trabalho e na vida cidadã pessoas plenamente capazes e extremamente capacitadas”.

Para Ricardo de Azevedo Soares, as famílias e o próprio educando devem poder escolher, optar, que tipo de educação vão dar para seus filhos e para si mesmos. “Tal situação democrática já é prevista na Constituição Federal na medida em que o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, lembra. “Por que tal sanha em se terminar com a escolarização em institutos tradicionais como o IBC e o Ines?” questiona Ricardo.

Ricardo de Azevedo Soares (ao centro, na foto): “Na audiência, ficou bem claro que as pessoas não querem a imposição do MEC de se acabar com as atividades escolares em instituições especializadas de ensino. O que se deseja, ao contrário, é a valorização cada vez mais dessas entidades seculares brasileiras”.

A diretora do Ines, Solange Rocha, destacou a importância da entidade no território fluminense. “Tenho a honra de dirigir o patrimônio dos surdos dentro do estado. As pessoas precisam entender que isso nos afeta diretamente. Queremos, sim, educação e inclusão, mas ambas com qualidade”, explicou. Os deputados Marcelo Freixo (PSOL) e Robson Leite (PT), membros da Comissão de Educação, o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) e os vereadores da capital Paulo Messina (PV) e Eliomar Coelho (PSOL) também participaram da reunião.

Na avaliação do coordenador do NPD do Sisejufe, “à primeira vista, não dá para entender. Mas, depois, com uma melhor análise e interpretação, percebemos claramente o interesse economicista por de trás da Meta 4 do PNE, PL 8.035”. Ele afirma que “com o fim das atividades escolares nestas instituições de ensino, serão implementados os AEEs, que são atendimentos educacionais especializados para todas as crianças deficientes jogadas na rede regular de ensino”. O dirigente questiona quem vai proporcionar esse atendimento. “A resposta é simples: ONG’s e instituições privadas de ensino de um modo geral. Eu, então, pergunto: é ou não é um baita negócio para interesses privados? Isso vai dar muito dinheiro para quem é dono de instituições privadas de ensino ou para quem dirige ONG’s com tal escopo”, comenta.

Da Redação, com informações da Assessoria de Comunicação da Alerj.

Direção da Fenassojaf faz reunião no Rio

Oficiais de Justiça Sisejufe abrigou encontro da executiva da entidade, antes da 16ª Plenária da Fenajufe

Foto: Max Leone

As atenções dos servidores do Judiciário Federal e dos oficiais de justiça avaliadores de todo o país estiveram voltadas para o Rio de Janeiro. Além da abertura da 16ª Plenária Nacional da Fenajufe, a capital fluminense foi palco de outro evento nacional na sexta-feira, 3 de junho. Dezenas de representantes de associações da categoria participaram da reunião da diretoria executiva da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf). O encontro ocorreu na sede do Sisejufe, às 10h. Entre os vários assuntos abordados, os dirigentes debateram o Plano de Cargos e Salários (PCS) e tiraram encaminhamentos para a audiência pública sobre aposentadoria especial que ocorrerá em 15 de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília. E entre as decisões tomadas, os diretores da Fenassojaf aprovaram a realização de um levantamento estatístico de mandados entregues pelos oficiais de justiça avaliadores em todo o Brasil.

No começo da reunião, o presidente da federação, Joaquim Castrillon, deu informes sobre temas como a alteração da Resolução 63/2010, do Conselho Superior de Justiça do Trabalho (CSJT), que trata da manutenção das Centrais de Mandados. Segundo ele, a partir da modificação do parágrafo único do Artigo 7º da resolução, os tribunais regionais poderão (desde que devidamente justificado) “prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de analista Judiciário, área judiciária, especialidade execução de mandados para atender a demanda das jurisdições a que dão suporte”.

Para Castrillon, é fundamental destacar que esta alteração foi um conquista da Fenassojaf: “Temos que mostrar que essa vitória foi nossa, foi um trabalho da federação. Inicialmente queriam dispensar 50% dos oficiais das centrais para que ficassem à disposição dos juízes”, afirmou.

De acordo com o presidente, a Fenassojaf tomou como base a Resolução 1/2007 do Colégio

No começo da reunião, o presidente da federação, Joaquim Castrillon, deu informes sobre temas como a alteração da Resolução 63/2010, do Conselho Superior de Justiça do Trabalho (CSJT), que trata da manutenção das Centrais de Mandados

de Presidentes e Corregedores dos Tribunais regionais do Trabalho (Coleprecor) para garantir a manutenção das centrais. Após a reunião da direção executiva da Fenassojaf, os diretores das associações se dirigiram para o local da 16ª Plenária Nacional da Fenajufe, que ocorreu de 3 a 5 de junho, no Rio.

Centrais de Mandados

Durante a reunião da direção executiva, Castrillon entregou aos diretores um exemplar do Anuário 2011 da Fenassojaf, destacando o trabalho desenvolvido para a produção. Os diretores aprovaram a publicação do Anuário na página eletrônica para que as associações filiadas possam aproveitar o conteúdo e divulgá-lo nos estados.

Quanto às Centrais de Mandados, a diretoria destacou alguns problemas que ocorrem pelo país e reafirmou o número de oficiais de justiça garantido através da Resolução do CSJT. A coordenadora Centro-Oeste da federação, Maturalice Izabel de Souza Fernandes, relatou um problema na Central de Mandados do TRT-18, onde existe um interventor para tratar dos assuntos de interesse dos oficiais. “A situação para nós está difícil, mas, a colocação do interventor foi boa, pois, já há a interlocução do problema com o presidente do tribunal”, disse. A coordenadora solicitou que Castrillon se reúna com o presidente do TRT-18 para tratar do assunto.



Ojaf's: Castrillon, no fundo à esquerda, comandou reunião que discutiu temas cruciais para o segmento

O diretor de comunicação, Luiz Américo Santos Rodrigues, explicou que no TRT-20 a criação das Centrais de Mandados ainda não está definida. Entretanto, de acordo com o dirigente, há determinação do Corregedor do Tribunal para a implementação das Centrais no Tribunal.

O presidente da Fenassojaf também deu informações sobre a reforma no Código de Processo Civil (CPC) e explicou que no código antigo, o oficial é auxiliar do juízo, sendo que, agora, ele passa a ser auxiliar da Justiça. “O nosso status profissional melhorou consideravelmente, porém, ainda falta a previsão das Centrais de Mandados”. Para Joaquim Castrillon, os oficiais de justiça estão engrandecidos com a reforma do CPC.

Outro assunto na pauta foi a audiência pública sobre aposentadoria especial que será realizada na Câmara dos Deputados. Os diretores reforçaram a necessidade das Assojafs comparecerem ao debate e levarem o maior número possível de oficiais de justiça. Neste sentido, a federação emitirá uma convocação, destinada a todos os presidentes das Associações, para que leve os associados à Brasília.

Diretores traçam rumos para o trabalho da federação

Durante a reunião, os diretores da federação deram informes gerais sobre os estados e regiões que fazem parte. O diretor de comunicação, Luiz Américo,

explanou sobre o trabalho desenvolvido pela comunicação da Fenassojaf e do dinamismo existente na página eletrônica. O coordenador da região Norte, Olavo Antonio de Oliveira, destacou o trabalho realizado e disse que a Assojaf/AM conquistou uma grande vitória com relação à dispensa do ponto eletrônico e a redistribuição dos cargos.

A coordenadora da região Nordeste II lembrou a diretoria sobre o IV Encontro Regional que acontece nos dias 17 e 18 de junho em Natal/RN. “A programação está ótima e é importante focar esta questão da saúde dos oficiais”, disse.

No mesmo sentido, o coordenador da região Sul, Doilton Vicente Thomaz, destacou a realização do Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça (Conojaf), que acontece entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro. O coordenador explicou ainda que já há na programação do evento a eleição e posse da nova diretoria da federação. “Curitiba espera de braços abertos todos os oficiais de justiça do Brasil. Mas é importante destacar que as inscrições estão acabando”, afirmou.

O diretor jurídico, Isaac de Souza Oliveira, passou os informes com relação aos processos da Fenassojaf e o diretor financeiro, Severino Nascimento de Abreu, sobre a reforma da sede

própria e a redução dos custos, além do pagamento dos materiais necessários e engenharia, apresentando os contratos que foram aprovados pela diretoria.

O presidente Joaquim Castrillon enfatizou que houve a economia necessária para que o trabalho da sala fosse feito, sem que haja dívida alguma para a próxima gestão. Diante das informações do diretor financeiro, a diretoria espera poder inaugurar a sede própria no dia 12 de agosto.

O vice-diretor financeiro, Júlio César Fontela, lembrou da participação da Fenassojaf no Encontro realizado pelo TRT-10, onde os desembargadores manifestaram apoio às reivindicações dos oficiais de justiça. De acordo com ele, a ideia é divulgar este apoio e os trabalhos realizados no DF para todo o país, através das Associações de Oficiais de Justiça. “Estou aguardando cópia do DVD para enviar para a Federação e Assojaf's”, disse.

A reunião de diretoria contou também com a presença do assessor parlamentar, Alexandre Marques, que deu os últimos informes sobre a tramitação dos projetos de interesse dos oficiais de justiça na Câmara e no Senado, como o Porte de Arma, Aposentadoria Especial e Isenção de IPI.

Prata da Casa

Servidor do 2º Juizado Especial Federal de Niterói lança seu primeiro CD



Com a música nas veias

Carioca do bairro de Brás de Pina, rubro-negro de coração, e apaixonado pela escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, Paulinho Pagodolê define o samba de raiz como o estilo que deu origem à sua personalidade musical. Frequentou e participou do famoso Cacique de Ramos. Suas referências são nomes do quilate de Zeca Pagodinho, Arlindo Cruz e grupo Fundo de Quintal. “Esses caras são a minha inspiração. O samba de raiz vem de longe comigo”, diz.

Max Leone*

Ele sonha com ela, fala o tempo todo nela, praticamente vive com ela desde os 12 anos de idade. É a paixão que o técnico judiciário Paulo Serpa, de 48 anos, o Paulinho Pagodolê, tem pela música e não esconde de ninguém a vontade de um dia poder se dedicar única e exclusivamente a ela. “Tenho três paixões na minha vida. Deus, minha família e a música. Mas viver só da música ainda é muito difícil. Não estou na mídia. Mas um dia chego lá. Enquanto isso, vou fazendo meus shows, lancei meu primeiro CD e vou conciliando com minhas atividades na Justiça Federal. Tenho música nas veias. Não troco nada por ela”, afirma

o cantor e servidor que este ano completou 26 anos de carreira musical e está há 25 anos no Judiciário Federal.

Carioca do bairro de Brás de Pina, rubro-negro de coração, e apaixonado pela escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, Paulinho Pagodolê define o samba de raiz como o estilo que deu origem à sua personalidade musical. Frequentou e participou do famoso Cacique de Ramos. Suas referências são nomes do quilate de Zeca Pagodinho, Arlindo Cruz e grupo Fundo de Quintal. “Esses caras são a minha inspiração. O samba de raiz vem de longe comigo”, diz.

Lotado atualmente no 2º Juizado Especial Federal em Niterói, Paulinho rodou pra-

ticamente o país inteiro como servidor público. E foi em São Paulo que nasceu o apelido Pagodolê. Ele conta: “Eu estava em São Paulo tocando na noite. E meu filho, que também toca comigo, sugeriu que eu criasse um nome artístico. Em alusão do grupo Parangolé, grupo de axé music da Bahia, acabou rolando. Pensamos em Pagode com Lê, Lê, Lê e acabou ficando Paulinho Pagodolê. Criamos até um slogan: ‘Paulinho Pagodolê, um samba pra você’”, explica.

No seu primeiro CD (Ki som é esse), lançado em 29 de abril deste ano, após 26 anos de estrada, ele mistura estilos nas dez faixas gravadas. Tem samba-funk, samba-de-raiz e samba romântico. “Sou um cantor

romântico, no estilo do Jorge Aragão e Zeca Pagodinho”, faz a comparação.

O servidor aproveita as noites livres, depois do expediente na Justiça Federal, para se dedicar à música. Ele trabalha até às 17h e partir daí marca os ensaios da banda Pagodolê e os shows que fazem. O lançamento do primeiro CD ocorreu no Clube Canto do Rio, em Niterói, com mais de 700 convidados, muitos colegas de repartição e apreciadores de seu trabalho musical. “Conseguimos lotar o clube Canto do Rio. E esse foi apenas um de muitos que estão por vir por aí. Com o apoio de amigos e parceiros fiz esse show independente e o lançamento desse CD”, conta Paulinho Pagodolê, ressaltando que o repertório foi composto por dez músicas do sambista, entre elas o novo hit “Kison é esse”, oito clássicos do samba e três sambas-enredo.

Os interessados em conhecer o trabalho de Paulinho Pagodolê



devem acessar a página <http://www.paulinhopagodole.com>. Lá o CD pode ser comprado, tem agenda de apresentações, fotos de shows, biografia e a discografia.

Paulinho Pagodolê é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.

*Da Redação.

Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br